

**ACTA Nº 5 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 24 de Setembro de 2011**

No dia vinte e quatro de Setembro do ano de dois mil e onze, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – Discussão e votação das actas da 3ª e 4ª sessão ordinária e extraordinária realizadas, respectivamente, no dia 24 de Junho e 25 de Julho de 2011;**

**2 – Expediente para conhecimento;**

**3 – Período Antes da Ordem do Dia;**

**4 – Período da Ordem do Dia:**

**4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**

**4.2 – 2ª Revisão aos Documentos Previsionais Ano Financeiro 2011/1ª Revisão ao Orçamento da Receita / 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa / 2ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais / 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento;**

**4.3 – Proposta de lançamento da derrama e da definição da respectiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2011, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2012;**

**4.4 – Proposta de fixação, para o ano de 2012, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro;**

**4.5 – Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2012;**

#### **4.6 – Designação de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), em substituição da deputada Ana Maria Barros Martins.**

#### **5 – Período após a ordem do dia**

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes cinquenta e quatro membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calado Calvão, Nuno Alves Pereira, Guilhermina Maria Rodrigues da Costa, Maria Clotilde dos Santos Magalhães Gomes, António Alves Ferreira, Filipa Nazaré Costa Alves, Francisco Afonso Surreira, Maria de Fátima Silva Crespo, José Miranda Alves, Pedro Nuno Cruz Giesteira, Manuel Pereira Duarte, José Acácio Rodrigues Álvares de Moura, Manuel Azevedo Antunes, António Fernando Barroso Miranda, Ricardo António Pires de Moura, António Gregório Azevedo Dias e Paulo Luciano da Silva Pinto.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Joaquim Lopes Pires, Sandra Matilde Afonso de Carvalho, Rui Mário Miranda Alves, Filipa Nazaré Costa Alves, Sónia Margarida Dourado Fernandes, António Maria Dias Cascais, Pedro Nuno Cruz Giesteira, Manuel Azevedo Antunes, Alexandre Dionísio Silva Antunes, Domingos Dias Afonso, António Gregório Azevedo Dias e Manuel Tomás Gonçalves.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados João Gonçalves Surreira, Eugénio Gonçalves Xavier e Herculano Fernandes Pereira.

Em substituição do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando José Gomes Rodrigues, por se encontrar ausente do país, esteve presente o Vice-presidente, Manuel Orlando Fernandes Alves.

Também estiveram presentes os vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, António Gonçalves Araújo, José Duarte Crespo Gonçalves e Adelino Augusto Santos Bernardo.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou à Assembleia Municipal a introdução de mais um ponto à ordem de trabalhos: "Designação de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), em substituição da deputada Ana Maria Barros Martins".

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido ponto à ordem de trabalhos.

**1 – Discussão e votação das actas da 3ª e 4ª sessão ordinária e extraordinária realizadas, respectivamente, no dia 24 de Junho e 25 de Julho de 2011**

A acta da sessão ordinária do dia 24 de Junho de 2011 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, foi aprovada por unanimidade.

A acta da sessão extraordinária do dia 25 de Julho de 2011 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, foi aprovada por maioria com uma abstenção.

## **2 – Expediente para conhecimento**

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos presentes do expediente recebido.

A deputada Fátima Crespo enviou o documento, que abaixo se transcreve na íntegra, e que foi lido aos presentes:

“Exm<sup>o</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre

A 25<sup>a</sup> edição do Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes foi marcada pela diversidade de temáticas, pela singularidade dos espectáculos, pelo profissionalismo da organização, entre outros.

Nos momentos de avaliação do evento, constatámos que o sucesso do mesmo passou pela preparação prévia em reunião com o Ecomuseu, a Câmara Municipal, a Associação de Defesa do Património, o Padre Fontes e outros colaboradores. Nessa reunião foram distribuídas tarefas e assumidos compromissos que todos os intervenientes cumpriram rigorosamente. Isto reforça o facto de que uma boa gestão, organização e partilha de responsabilidades são os pilares necessários a perpetuar para o sucesso dos eventos futuros.

Queríamos agradecer, em 1<sup>o</sup> lugar, à Câmara Municipal pelo apoio na organização, promoção e gestão no evento. De seguida, agradecemos à direcção do Ecomuseu de Barroso e seus estagiários que não se pouparam a esforços, tanto no trabalho a realizar como nos horários a cumprir. Há que não esquecer também o trabalho excepcional do grupo de teatro, CEB, que tornou realidade o exoterismo, a espiritualidade da encenação, indo ao encontro da identidade deste evento.

Em nome da Associação de Defesa do Património e da organização do Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes, agradecemos todo o apoio e as oportunidades concedidas a este evento que muito contribuíram para o seu sucesso.

O nosso muito obrigado a todos!

Assina, Maria de Fátima Silva Crespo”

A Assembleia tomou conhecimento.

### **3 – Período Antes da Ordem do Dia**

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Luis Carril e Pedro Barroso.

O deputado António Cascais disse que tinha apreciado a pergunta que o partido Os Verdes colocou ao governo sobre o encerramento do posto da GNR da Venda Nova e a atenção que demonstrou para com Montalegre. Perguntou qual a real razão do posto da GNR da Venda Nova ter encerrado e porque é que a Câmara de Montalegre não assegurou as instalações físicas.

O deputado Luis Carril disse que há duas sessões atrás foi debatida a questão dos Centros Escolares e o Senhor Presidente da Câmara disse que iria proceder a debates e proceder a algumas diligências para se chegar a consensos. Gostaria de saber o que foi feito e qual é neste momento o ponto em que nos encontramos.

O deputado Pedro Barroso disse que lhe tinha custado muito, como Barrosão, ver que Montalegre não concorreu ao concurso nacional das 7 Maravilhas da Gastronomia com algumas iguarias nomeadas como o Cozido à Barrosã, a posta, a vitela, o presunto ou outras e até viu a alheira de Mirandela como sendo uma das premiadas e a de Montalegre nem sequer aparecer. O Município de Montalegre diz que aposta muito no turismo e nos produtos locais, mas parece-lhe que desperdiçou uma grande oportunidade de divulgação. O Ecomuseu, que tem merecido por parte desta casa grandes louvores, e a maior parte deles com mérito, aqui falhou. Gostaria de saber se houve alguma candidatura ou se não houve interesse. Perguntou o que é que tinha acontecido com uma fonte antiga que existia no Bairro da Portela. Perguntou se aquela obra foi da responsabilidade da Câmara ou da Junta de Freguesia de Montalegre. Em seu entender devia-se ter optado por outra solução para aquele local, uma solução que respeitasse mais a história. Pensa que em Montalegre deveria haver mais locais onde as pessoas que nos visitam no Verão pudessem beber água. Deveria haver mais um ou dois chafarizes no centro da vila. Disse que aguarda o debate sobre a reforma administrativa do concelho de Montalegre e espera que apareça uma proposta da parte da bancada maioritária.

Antes de dar a palavra ao senhor Vice-presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Mesa prestou esclarecimentos sobre as contas do Matadouro ao deputado Luis Carril, que as havia solicitado em requerimento enviado à Assembleia Municipal. Este esclarecimento foi prestado com base num relatório que a Administração do Matadouro enviou à Câmara e que o Senhor Presidente da Mesa colocou à disposição dos membros da Assembleia Municipal para consulta.

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara para responder. Este, sobre o encerramento do Posto da GNR da Venda Nova, disse que a Câmara lamenta que a situação tenha chegado ao ponto a que chegou. Há uma parte significativa do concelho, porventura a mais difícil em termos de acessibilidades, a orografia do terreno também não se pode pôr de parte, que está desguarnecida sob o ponto de vista da segurança a que os cidadãos têm direito. Lamenta-se a situação a que chegou como também se lamenta que se tenha adoptado o projecto que há 20 anos se adoptou porque já se sabia que ia dar nisto. A situação manteve-se durante este tempo numa grande precariedade e de grande desconforto para os agentes que ali têm de trabalhar. Referiu ainda que a responsabilidade pela disponibilização de instalações adequadas cabe ao Ministério da Administração Interna que nesta situação se colocou à margem, não sabe se com o propósito escondido de encaminhar as coisas para o encerramento definitivo do posto. A verdade é que foram ensaiadas várias soluções e a Câmara, a Junta de Freguesia de Venda Nova e o Governo Civil de Vila Real fizeram muitas diligências e houve muitas promessas de intervenção. Optou-se, mais recentemente, pelo aluguer de uma casa mas que não tinha condições para funcionar ali um Posto da GNR, nem para quem lá trabalha, nem para os cidadãos que têm necessidade de ali acorrer. A GNR faz falta no Baixo Barroso para garantir a segurança das pessoas e dos seus bens. Foi retirada por quem a tutela e por quem manda e a Câmara e a Junta de Freguesia, obviamente, não estão satisfeitas com esta situação. Criou-se aqui um precedente grave que foi o encerramento do posto. Espera que isto não seja uma porta aberta para transformar em definitivo uma solução que aparentemente terá sido provisória, apesar dos tempos que atravessamos neste momento de dificuldade económica e que normalmente os senhores ministros aproveitam para fechar o pano e encerrar o assunto. Espera sinceramente que não seja essa a situação porque já não é só a segurança e manutenção da ordem e segurança que as patrulhas garantem que está em causa, é também o problema das pessoas que têm que se deslocar, vindas da Borralha, Cabril ou Fafião, a Montalegre expor os assuntos que habitualmente eram tratados no Posto da Venda Nova. Sobre o Centro Escolar do Baixo Barroso, disse estarmos perante um assunto delicado, sobretudo porque as movimentações que estão a acontecer no Baixo Barroso estão a transformar um acontecimento de gestão territorial do Parque Escolar, e que tem a ver com todos, num assunto político. E quando se mete a política, e os bairrismos exacerbados, doentios e irracionais a ela associados a tentar tratar do assunto não crê, e seja qual for a solução que daí advenha, que se fique a ganhar nada em termos de posicionamento cívico e racional procedimento. Disse que as posições estão mais ou menos definidas. Toda a gente conhece a sua posição pessoal e política, toda a gente sabe quais são as posições dos membros da Câmara porque já tiveram a oportunidade de as expressar, sobretudo quando veio à Câmara uma delegação do Baixo Barroso. E também toda a gente sabe que o Presidente da Câmara ainda não deu sequência, e pode fazê-lo, à posição que foi oficializada pelos Órgãos Autárquicos pois isso está no âmbito das suas competências e atribuições. As posições, estão, portanto, definidas mas houve que se fazer um hiato, ou pelo

menos, teve que se dar atenção a uma legítima pretensão de uma terra, no caso, da freguesia de Salto que se manifestou, da forma que toda a gente sabe, e que suscitou que a Câmara, nomeadamente o Senhor Presidente, tivesse tido uma reunião com a população e anunciado a suspensão da exequibilidade da decisão tomada nos órgãos. Face às movimentações consequentes e à transformação de um caso de gestão pragmática e racional, em caso político entende que há um pressuposto que foi determinante para se criar um hiato que foi a movimentação das pessoas da freguesia de Salto que não queriam o encerramento da escola que neste momento tem 70 alunos, apesar disso não ser factor determinante porque sabemos que daqui a 4 ou 5 anos a escola terá 20 alunos. Em seu entender, Salto foi sempre vítima do seu posicionamento geográfico e isso aconteceu com a instalação do posto da GNR e também com a instalação da escola do Baixo Barroso. Informou ainda que inicialmente era para ser construído o Centro Escolar de Salto. Apresentou-se o projecto e a maqueta, juntamente com a Centro Escolar de Montalegre. A Junta de Freguesia comprou o terreno e desmatou-o. Entretanto a realidade demográfica altera-se e o Centro Escolar de Salto desapareceu para dar lugar ao Centro Escolar do Baixo Barroso. A população de Salto aceitou ordeiramente e compreendeu que não havia condições para que se avançasse com o Centro Escolar de Salto. O número de crianças não justifica tal investimento, mas não querem o encerramento da escola que é das poucas freguesias que ainda tem alunos. Referiu ainda que aquilo que disse é a sua opinião pessoal e que ninguém pode exigir-lhe que seja o coveiro da escola da sua terra. Mas não se resolve o problema com bairrismos doentios, ameaças de corte de estradas e greves de professores e de alunos que se possam deixar instrumentalizar. Disse ainda que estava à espera, assim como a Câmara, da posição do PSD. Têm que dizer claramente aquilo que querem pois ninguém sabe e isso será certamente determinante para que o assunto possa ser novamente discutido. A única posição que se conhece do PSD, e que já tem alguns anos, é que se manifestaram a favor da criação de mini-centros escolares localizados em várias freguesias. Disse que iniciou o processo da suspensão das escolas concelhias e que carrega a hostilidade de alguns colegas professores que o consideram ser o campeão do encerramento das escolas. É verdade e hoje mostra-se arrependido por ter iniciado tal procedimento. Esclareceu que quando veio para a Câmara havia 85 escolas no concelho de Montalegre e um dossier enorme com todas as reparações a que era difícil dar respostas rápidas e satisfatórias. E foi esta pressão e as exigências naturais dos professores, que têm efectivamente direito a ter uma boa escola, que foram determinantes para que se iniciasse todo o processo de encerramento. Em relação ao encerramento da escola de Vilar de Perdizes, disse que a sua posição era de que, enquanto não houvesse Centro Escolar em Montalegre, não devia encerrar porque o funcionamento duma escola é sempre gerador de dinâmicas que hoje mais que nunca importa preservar. Pensa que é importante apoiar o dinamismo que possa existir nas aldeias e que tal é obrigação do Município. Disse que a construção de um Centro Escolar no Baixo Barroso que daqui a 3 ou 4 anos não tem alunos e se os tiver serão unicamente os provenientes de Salto, assim no-lo dizem as projecções, é um assunto que deve ser devidamente ponderado. Terminou dizendo à oposição que falta saber aquilo que efectivamente querem. Devem pronunciar-se se são ao favor da requalificação da Escola do Baixo

Barroso ou se querem a manutenção da escola de Salto ou se até querem as duas coisas. Sobre o Matadouro, parece-lhe que há a consciência de que o Matadouro faz falta e pessoalmente considera que é uma unidade que é importante para o concelho porque gera dinâmicas importantíssimas para o sector primário. São 30 pessoas que ali trabalham, que têm ali o seu ganha pão, e que só por isso merecem o envolvimento e preocupação de todos. É preciso saber qual é o problema e sua dimensão porque injectar dinheiro para cima dos problemas, normalmente não resolve nada. Pelas contas que a Administração do Matadouro fez chegar à Câmara e que o senhor Presidente da Assembleia teve a oportunidade de dar a conhecer aos membros, parece que está tudo perfeito. As contas estão bem e credenciadas por pessoas avalizadas para o efeito e portanto não é a nós que cabe pôr isso em dúvida. Se calhar todos sabemos qual é a solução, mas a verdade é que ninguém tem a coragem de a colocar em cima da mesa. Sobre o concurso das Sete Maravilhas da Gastronomia, referiu que não vale a pena competir em primeira divisão quando só se tem jogadores da regional. Este concurso é uma panaceia porque quando vemos quem foram os vencedores fica-se com a ideia de que o assunto não foi sério e dizemos "ainda bem que não concorremos". No primeiro lugar ficou um produto, alheira de Mirandela, que já tem o nome feito há muito tempo e a par disso houve toda uma publicidade que ajudou a que isso acontecesse. Para nós que conhecemos esse produto, este concurso não foi nitidamente sério e convincente. Misturaram-se produtos com pratos e essa mistura não cai bem. Pensa que mais importante do que concorrer, a um concurso de utilidade duvidosa, é ter arte para que dentro do nosso espaço se convençam os agentes económicos de que o nosso produto é de superior qualidade. Esta é uma guerra que já se iniciou há algum tempo mas que ainda não está ganha e até já estivemos melhor do que estamos agora. Não é novidade para ninguém que a fama de Barroso passa por uma terra onde se come bem, mas é uma terra onde se paga melhor. Temos que combater esta situação. Disse ainda que não há ninguém que possa por em causa o trabalho que a autarquia tem desenvolvido na promoção da terra, da região e dos produtos locais. Sobre a Fonte do Mergulho, disse que o assunto tinha sido tratado com a Junta de Freguesia de Montalegre e que a terra não perdeu nada com a sua retirada. Já não era fonte nenhuma pois já nem água tinha. Era um espaço de concentração de resíduos com meia dúzia de pedras e não era fácil manter aquilo limpo e asseado. Para além disso era uma ratoeira para pessoas, carros e animais. Sobre a Reforma Administrativa, diz que é necessária, mas é preciso que se deixe fazer por quem tem a legitimidade para tal.

Depois da intervenção do Senhor Vice-presidente, inscreveu-se para segunda intervenção o deputado António Cascais que disse que houve a ideia, já há algum tempo, de que não haveria falhas a nível do ensino, porque a composição do executivo foi feita com base em técnicos de ensino mas em termos de projecção e de perspectivar o futuro foi um desastre. Lembra-se de uma maquete que houve para o Cerrado e onde estava previsto a localização de vários equipamentos escolares, lembra-se ainda de uma outra maquete para o loteamento do Barbudo onde, ao fundo do loteamento, estaria previsto também a construção de uma escola, lembra-se também dos investimentos substantivos que foram feitos nas escolas do concelho para as equipar, e bem,

para que algumas delas funcionassem como escola central para um núcleo de freguesias em volta e por tudo isto a Câmara não teve uma actuação tão prudente e de planeamento exemplar. Referiu que a posição sobre a educação no concelho de Montalegre é clara há 20 anos ou pelo menos desde 97, mas é natural, e fruto do caminho que isto tomou, que essa posição, tenha que ter alterações porque, se não foram construídos equipamentos em devido tempo em centros estratégicos e se isso tomou o rumo que tomou, naturalmente que o PSD tem que ajustar a sua posição à actualidade. Pensa que a Câmara não deve ser impulsionadora do encerramento de tudo que há no concelho e o que vier há-de vir a seu tempo, mas é preciso fazer de tudo para que isso não aconteça. Referiu que a posição do PSD ficou esclarecida já há algum tempo mas também poderá haver informação à qual a oposição não tenha acesso e, no cumprimento do dever de lealdade para com o deputados municipais da oposição e também com os vereadores essa informação deveria aparecer. Esclareceu que o PSD não apressa o encerramento das escolas, as crianças não deixam de nascer, nem deixam de ter condições na sua localidade. O PSD discorda de toda a política que a Câmara seguiu em matéria de educação e não compreende como é que as crianças continuam a ser despejadas em Montalegre e em locais que não têm condições. Pelo PSD, o encerramento das escolas não vai ser apressado, como também não teriam sido fechadas muitas escolas no concelho. Relativamente àquilo que está a acontecer no Baixo Barroso, disse que têm que defender uma posição equilibrada para aquela região que é uma das mais extensas do concelho, mas temos que pensar que não vamos lá meter uma máquina e destruir o que lá está feito, mas é completamente desajustado e um disparate pegar em crianças de 6 ou 7 anos de Salto e espetá-las na Venda Nova quando em Salto há instalações para essas crianças. Em seu entender, é este o equilíbrio que tem faltado e às vezes tomam-se decisões para agradar a altas individualidades ou a grandes pensadores que estão nos gabinetes e isto também é fruto, às vezes, de alguma arrogância e que muitas vezes é expressa na gestão da Câmara de Montalegre que é o: "quero, posso e mando". Terminou dizendo, uma vez mais, que a posição do PSD sobre este assunto é clara, mas é natural que do ponto de vista estratégico tenha que ser ajustada à realidade e porventura informações que não possuam.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice-presidente para responder e este disse que não é fácil planear e muitas vezes a Câmara paga a empresas que têm técnicos especializados em matéria de planeamento e as coisas nem sempre correm bem ao nível do país, mas também ao nível concelhio. Aconteceu, recentemente, com a elaboração da Carta Educativa, feita há 6 anos, e que dizia que na freguesia de Covêlo do Gerês ia haver, em 2013, vários nascimentos e esses números sempre foram contestados pela Câmara. Sobre o encerramento das escolas, deduziu, pela intervenção do deputado António Cascais, que o PSD não é a favor do encerramento da escola de Salto, mas essa não foi a posição do PSD quando há dois meses atrás o assunto foi discutido na Assembleia Municipal em que o PSD se absteve na votação, apesar de os deputados de Salto terem votado contra assim como na Câmara os vereadores do PSD também se abstiveram. O abster-se é deixar andar as coisas ao sabor de quem planeia e de quem faz a



proposta. Para terminar, disse que este assunto se transformou num problema e, no seu entender, deve-se ao facto de ter havido dinheiro em excesso porque se não tivessem inventado a Parque Escolar não se estaria hoje a discutir o problema do Baixo Barroso, nem da escola de Salto, nem o Centro Escolar. Referiu que há concelhos neste país que têm escolas que são verdadeiros hotéis de luxo, mas debatem-se com o problema de falta de alunos. As escolas de Cabril e Ferral têm todas as condições para funcionarem, porque a Câmara fez obras, mas não têm alunos e o concelho de Montalegre está dotado de todas as condições para que o processo educativo seja saudável.

O Senhor Presidente da Mesa, antes de dar início ao período da ordem do dia, disse que a Câmara de Montalegre foi um mau exemplo no encerramento das escolas. Encerraram-se escolas que tinham muitos alunos, tinham boas condições de ensino e tinham aquecimento central para se meter as crianças num barraco cheio de bicho da madeira. Em seu entender, foi uma vergonha e um escândalo e o Senhor Presidente da Câmara, nesse aspecto, deveria ser responsabilizado. Meteram-se os alunos numa escola uns em cima dos outros, cheia de precipícios, com escadas e postes em todo o canto. É a perfeita contradição do que deve ser uma escola segura. Entregou-se agora o centro escolar a uma empresa que já foi embora e agora está lá outra e a obra nunca mais acaba. Há-de degradar-se antes de ser terminada. Referiu ainda que é uma obra sem dignidade porque está metida num buraco e pensa que vai ficar enterrada. Há escolas boas no concelho que estão fechadas e sem utilidade. Espera que o Senhor Presidente da Câmara comece a abrir os olhos com aquilo que tem feito. Sobre o Matadouro, disse que o assunto iria ser agendado numa próxima sessão para ver se se consegue definir alguma coisa.

#### **4 - Período da Ordem do Dia**

##### **4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro**

O Senhor vice-presidente da Câmara, através de um relatório e outros documentos, deu a conhecer a situação financeira da autarquia aos presentes.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

##### **4.2 – 2ª Revisão aos Documentos Previsionais Ano Financeiro 2011/1ª Revisão ao Orçamento da Receita / 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa / 2ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais / 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento**

O Senhor vice-presidente da Câmara esclareceu que esta revisão faz sentido porque havia que dotar os instrumentos de orientação financeira da Câmara com uma rubrica nova que é a compra das acções do Matadouro. Houve que se fazer uma movimentação de 400 mil euros que, no documento da despesa, é distribuído na rubrica dos transportes escolares, 200 mil euros para o parque temático das Minas da Borralha e 100 mil euros para as acções do Matadouro. Esta revisão faz parte da meabilidade e dos caminhos que a gestão tem que percorrer.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e Acácio Gonçalves.

O deputado António Cascais perguntou se já tinha sido feita a transferência de capital para a Administração do Matadouro. Se já tinha sido feita a escritura do aumento de capital e se esse aumento de capital foi acompanhado pelos restantes accionistas.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a sua intervenção era no seguimento da intervenção do deputado António Cascais. Se não foi subscrito nem realizado o aumento de capital, nem a escritura está feita, parece-lhe estranho porquê aumentar o capital de 125 para 500 mil euros e a Câmara subscreve 100 mil, está-se a brincar com cerca de 80 mil contos.

O Senhor Vice-presidente respondeu aos interpelantes dizendo que a transferência foi consumada e que a escritura não tinha sido feita. O aumento de capital, pelo que sabe, não foi acompanhado, até ao momento, por nenhum outro accionista. Disse ainda ao deputado Acácio Gonçalves que ele não pode exigir que lhe responda aquilo que ele quer pois só pode responder aquilo que sabe e de acordo com a informação que tem.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

#### **4.3 – Proposta de lançamento da derrama e da definição da respectiva taxa, a incidir sobre o exercício de 2011, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado em 2012**

O Senhor vice-presidente da Câmara explicou que esta proposta é apresentada nos mesmos moldes que habitualmente o Executivo a apresenta à Assembleia Municipal para que mereça a melhor atenção por parte dos senhores deputados. Os valores são os mesmos e é entendimento da Câmara que faz todo o sentido que esta taxa seja aplicada porque incide só sobre as empresas que têm um volume de facturação que ultrapassa os 150 mil euros.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais que disse que reitera os argumentos anteriormente assumidos pelo PSD sobre o lançamento da derrama no concelho de Montalegre. Pensa que a Câmara deve tomar medidas no sentido de atrair investimentos e não afastá-los. Disse que já tinha pedido várias vezes que lhe fossem fornecidos dados sobre o valor da derrama recebido, mas que nunca obteve resposta. Pensa que o objectivo da Câmara em taxar com este imposto as grandes empresas, não tem sido conseguido por

outro lado atinge pequenas empresas e outros que se queiram instalar. Referiu ainda que há na Câmara de Montalegre muita burocracia nomeadamente na secção de obras, o que também leva ao afastamento de investidores. Pensa que o valor recebido da derrama é tão insignificante que não é solução. Gostaria de receber uma relação dos recebimentos da derrama. Terminou dizendo que a sua bancada iria votar contra.

O Senhor vice-presidente respondeu dizendo que os dados que o senhor deputado António Cascais solicitou serão entregues logo que seja possível e que ficou esclarecida a posição da Câmara sobre este assunto.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria com onze votos contra e uma abstenção.

#### **4.4 – Proposta de fixação, para o ano de 2012, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 106º, da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro**

O senhor vice-presidente da Câmara informou a Assembleia sobre este assunto.

Não houve intervenções.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

#### **4.5 – Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2012**

O Senhor vice-presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Manuel Ramos que disse que a lei sugere que as casas em ruínas sejam taxadas anualmente para o dobro. Isso não acontece. Perguntou porque é que não há uma solução para as casas em ruínas que muito desfiguram as nossas aldeias que mais parecem aldeias bombardeadas. Já visitou algumas aldeias, como por exemplo, Paio Afonso onde cerca de 60% das casas estão no chão e isto desfigura as aldeias e não contribui para que Barroso se torne uma terra de turismo muito menos turismo de qualidade. Disse ainda que é também um problema para os vizinhos pois degrada e diminui a qualidade de vida dessas pessoas porque onde há uma casa em ruínas há também uma quantidade enorme de lixo e árvores que vão crescendo indiscriminadamente. Deve haver um esforço por parte do executivo para resolver este problema que é grave. Ou se aumenta a taxa de IMI para pressionar os donos ou se põe um telhado ou se tira a pedra para ficar um espaço amplo que poderá servir a comunidade para estacionar o carro ou o tractor.

O Senhor Presidente da Assembleia, apesar de não se ter inscrito para falar, disse que deve ser feita alguma coisa e sugeriu que se enviasse uma carta aos

proprietários para construir nesses espaços ou para os limpar. A Câmara devia ter solução para este assunto porque é um problema grave de urbanismo.

O Senhor vice-presidente disse que é um fatalismo e que é o fado português. Lisboa, que é uma cidade lindíssima, tem o mesmo problema, assim como o Porto, e é um pavor andar no meio dessas cidades. Em seu entender, perdeu-se a oportunidade com o dinheiro do QREN que em vez de ser utilizado para construir parques escolares devia-se ter injectado para reabilitação urbana que era mais importante e fazer obras nas escolas existentes onde o processo educativo se vinha desenvolvendo normalmente e apostar mais na requalificação das nossas cidades. No concelho de Montalegre é uma questão cultural. A lei diz que os proprietários têm que fazer obras de manutenção de 8 em 8 anos, mas isso também é válido para Lisboa e Porto. Há muita gente que quer investir nessas aldeias, mas as pessoas inflacionam os preços de tal maneira que ninguém consegue lá chegar. Também é de opinião que se deve fazer alguma coisa, mas as Câmaras não têm mecanismos para enfrentar este problema e o direito à propriedade tem de ser respeitado. Referiu que ainda se pensou na possibilidade de isentar de projecto quem quisesse reconstruir essas casas. Sobre a carta de que falou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pensa que não resolve problema nenhum.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria com um voto contra.

#### **4.6 – Designação de um representante da Assembleia Municipal para a comissão de protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), em substituição da deputada Ana Maria Barros Martins**

A Senhora Vereadora Fátima Fernandes informou que quem representa a Assembleia Municipal na CPCJ são as deputadas Ana Isabel Dias, Maria Clotilde Magalhães, Ana Maria Barros e Fátima Crespo. A deputada Ana Maria Barros foi indicada para representar o Ministério da Educação e que por esse motivo tinha que ser designado outro membro em sua substituição.

Inscreveu-se para intervir o deputado Alberto Fernandes que propôs para representante da Assembleia Municipal na CPCJ o deputado Manuel Pereira Duarte.

**Deliberação:** Posta a votação, por escrutínio secreto, a proposta apresentada pelo deputado Alberto Fernandes, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos "Sim", doze votos "brancos" e quatro votos "Não".

#### **5 – Período após a ordem do dia**


O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta, desta acta, lida em voz alta e aprovada por

unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 92º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão eram 17H41.

**O Presidente da Assembleia**

  
\_\_\_\_\_  
Joaquim Lopes Pires

**O 1º Secretário**

  
\_\_\_\_\_  
Manuel António Silva Carvalho

**O 2º Secretário**

  
\_\_\_\_\_  
Olímpia Maria Fernandes Caldas Vinhas

